



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10584 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 21 - Trabalho e Educação

Escolaridade interrompida: o discurso da OCDE sobre educação em tempos de pandemia e os impactos na formação do trabalhador

Andréia Aparecida Simão - UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Conduzidos, alheios a vontade de outrem para ambiente pandêmico (COVID-19), países em totalidade global viram a saúde em situação de emergência. Com o fechamento, interrupção da fabricação de produtos, comércio e serviços, a crise político-econômica se estabelece. Essa condição afetou diretamente a economia, porém permite ao grande capital criar soluções criativas (GRANEMANN, 2021), principalmente no andamento da educação com a introdução de tecnologias existentes e emergentes para ensino remoto e/ou a distância. Segundo dados da OCDE, nesse mesmo documento em análise, Brasil, Costa Rica e Peru são países com perspectivas de maior número de dias letivos com escolas fechadas.

Entendemos a necessidade de discutir o atual contexto educacional no Brasil, por se tratar de um país emergente em questões educacionais, com disparidades socioeconômicas entre os grupos de estudantes e alta população destes em vulnerabilidade social. Consta significativas dificuldades de acesso à tecnologia, uma vez que a participação a partir do atual contexto, segundo a OCDE, é e continuará sendo cada vez mais mediada pela tecnologia. Encontramos no documento recomendações para o “aprender e ensinar remotamente” como uma saída para o momento de crise sanitária e para além dela, a efetivação da modalidade em futuro próximo. Assim como para fortalecimento da capacidade de produção de conhecimento no século XXI, o que consequentemente afeta a formação do trabalhador seja em nível de educação básica, ou ensino superior.

O objetivo desse estudo é analisar como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) traz a insígnia da educação por meio do discurso da *escolaridade interrompida* em contexto de pandemia da COVID-19 e quais são as implicações na formação do trabalhador. Trabalhamos a problemática a partir do materialismo histórico dialética na metodologia das pesquisas bibliográfica, documental articulada ao procedimento de análise de documentos com abordagens da pesquisa qualitativa. A base

empírica está na análise do documento: *Schooling disrupted, schooling rethought. How the Covid - 19 pandemic is changing education*. Esse relatório é oriundo de pesquisas realizadas pela OCDE em parceria com Global Education Innovation Initiative, Harvard Graduate School of Education.

Para fins de identificar e conhecer a incidência da discussão acerca do tema na produção científica da área de políticas educacionais no Brasil, realizamos levantamento bibliográfico no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC e na Biblioteca científica eletrônica online - SciELO.

A organização da atividade econômica, em sua maior parcela, vem por meio da empresa privada operar em mercado livre gerando liberdade econômica e política (FRIEDMANN, 2014). Introduz o capitalismo competitivo que fica parcelado e ameaçado com essa atualidade que vimos presenciando. Em verdade, a crise capitalista é recorrente, está em outro período de transição com uma nova história - os efeitos da pandemia COVID-19 – as quais geram crise orgânica. (GRAMSCI, 1999). O Estado mínimo está em recusa a proteção ao assumir as questões sociais, uma vez que segue em defesa da propriedade privada e das condições gerais da acumulação capitalista.

O domínio burguês está desarmonizado pelo agravamento das dificuldades da população em saúde, alimentação, cultura e educação. Uma vez as questões sociais assumidas pelo Estado, segundo Friedmann (2014) e Hayek (1990), levam o indivíduo a perder a liberdade em proporcionar por si mesmo seu bem estar e igualdade, levando-o a opressão na dependência do Estado. A contradição com o pensamento hayekiano é exatamente no processo de “servidão” em função da alocação dos recursos, pois as personificações são sempre conformadas pelos interesses da classe dominante, sem considerar a autenticidade da classe trabalhadora.

Enquanto Hayek e Friedmann consideram perdas de liberdades pelo caminho da servidão, o indivíduo é levado por esse consenso a caminhar para privilegiar a “servidão” na intensificação de seu envolvimento cognitivo e socioemocional para diminuir espaços improdutivos (ANTUNES, 2018). Logo, a liberdade é apontada por Gramsci (1999, p. 281 grifos do autor) “como identidade de história e de espírito e a liberdade como ideologia imediatamente circunstanciada, como superstição, como instrumento prático de governo”. Em contraponto, Harvey (2008) introduz que é impossível manter a movimentação para crescimento do capital o tempo todo. O momento atual coloca a prova o tempo e o espaço nas dimensões do capital em suas novas maneiras de dominação, confrontando com as regras básicas da acumulação capitalista.

A pesquisa da OCDE de setembro de 2020 sobre Educação interrompida, educação repensada: como a pandemia do Covid-19 está mudando a educação, contou com a participação de sistemas educacionais de 59 países. Esses sistemas educacionais segundo relatório da OCDE (REIMERS; SCHLEICHER, 2020), organizaram estratégias para

prosseguir com a educação apresentando resiliência, flexibilidade e compromisso. Dessa forma, entendem que se dispensou atenção especial para garantir o aprendizado do aluno, ou seja, a competência cognitiva teve maior ênfase do que a socioemocional. As vistas da OCDE, fica vulnerável uma das competências, o engajamento, uma vez que o relatório oferece resultado de que "nem todos os alunos foram capazes de se engajar de forma consistente com sua educação, conforme previsto nessas estratégias de emergência" (REIMERS; SCHLEICHER, 2020, p. 2), nesse sentido, a responsabilidade é do aluno pela falta de engajamento.

Pontuam, Médici, Tatto e Leão (2020), Reyes e Quiróz (2021) que as competências digitais como manuseio de computadores e acesso a plataformas digitais requerem proatividade no processo de aprendizagem. O relatório enfatiza a necessidade de professores e alunos dispensarem esforços para encontrarem formas de aprender e ensinar remotamente uma vez que intensifica a eficácia pedagógica no futuro próximo para além desse retorno imediato. (REIMERS; SCHLEICHER, 2020). A evidência que a educação é um bem público está dado, é um acontecimento histórico (THOMPSON, 1981), porém a reconstituição dela pela aproximação da conectividade, da personalização por "modalidade combinadas de ensino aprendizagem" (REIMERS; SCHLEICHER, 2020) não se dá na totalidade. Em função das disparidades socioeconômicas de diferentes grupos de estudantes a aprendizagem se torna provisória e incompleta, seletiva, limitada mas não inverídica. (THOMPSON, 1981).

O ensino-aprendizagem de forma remota com aporte nas tecnologias digitais, no espaço escolar, são recomendados para serem utilizados como ferramentas aperfeiçoadas, aprimoradas e implantadas. Na essência, o documento coloca a educação como insígnia para o sucesso de jovens em sua situação socioeconômica, uma vez que a pandemia retraiu oportunidades educacionais, elevou as dificuldades econômicas familiares e diminuiu a capacidade de manter crianças e jovens na ativa educacional. O relatório considera potencialmente, pela interrupção da escolaridade, que perdas de aprendizado causa impacto econômico à sociedade. Esse impacto dificulta a construção de "soluções lucrativas aos grandes capitais". (GRANEMANN, 2021, p. 1).

No mundo mediado pelo acesso à tecnologia, só participa quem se integra, prioriza vencer as disparidades sociais aprofundadas pela crise mantendo a motivação, sendo resiliente, se engajando. É esse o discurso do relatório da OCDE, as lições que sustentam a continuidade educacional, nesse período de distanciamento social. "Essa percepção traz em si um lado positivo extraordinário ao indicar que essas práticas devem ser continuadas e aprofundadas após a pandemia com o objetivo de fortalecer a capacidade de educação do século XXI". (REIMERS; SCHLEICHER, 2020, p. 2). Para Thompson (1981, p. 54) é apenas o "caroço invisível dentro da casca das aparências". Na essência, a recomendação versa pela responsabilização da escola pela organização, gestão e instrução, pela individualização do aluno em desenvolver autonomia, proatividade, comprometimento e das famílias, no auxílio em casa, para o desenvolvimento dessas competências.

O documento, ao mesmo tempo que defende o ensino remoto, apela para abertura das escolas, principalmente em países com maior número de alunos em desigualdades sociais - caso do Brasil - por entender que nem todos têm condições de adquirir equipamentos tecnológicos para o ensino online. Afirmar que as oportunidades educacionais foram influenciadas pela pandemia com a diminuição da renda familiar impossibilitando a permanência da criança ou jovem na escola. (REIMERS; SCHLEICHER, 2020). Essas (in)capacidades das famílias em manter os filhos na escola seriam de moradia, alimentação transporte, ensino público e gratuito. Aparecem somente no atual contexto?

A OCDE contempla que a reabertura das escolas traz benefícios para não interromper o desenvolvimento do conhecimento e habilidades, além de permitir aos pais o retorno ao trabalho. Reconhecem que já houve perda de aprendizado e, que essa parcela perdida se não “remediada, provavelmente causará um impacto econômico às sociedades na forma de produtividade e crescimento diminuídos”. (REIMERS; SCHLEICHER, 2020, p. 3). Ou seja, só fará aumentar famílias em situação de pobreza, indivíduos despreparados para o mercado de trabalho que se constitui cada vez mais seletivo. De acordo com a pesquisa, a interrupção da educação por um ano equivale a perda entre 7% e 10% de renda ao longo da vida (REIMERS; SCHLEICHER, 2020).

Insistem que, para a reabertura das escolas, é necessário o envolvimento dos pais, professores, assim como estabelecer imagem e comunicação confiante e concisa com a comunidade, mostrando de forma proativa que irão aderir às diretrizes nacionais de saúde, assegurando distanciamento social entre as crianças, práticas de higiene pessoal e com a infraestrutura. Todavia, a recomendação é “expandir e intensificar seus relacionamentos com os pais e as famílias” (REIMERS; SCHLEICHER, 2020, p. 5). A propaganda do produto “educação” está posta, surge propostas de planejamento da imagem da mercadoria e estratégia de venda (JAMESON, 2002) na mediação entre formação do sujeito e economia. O movimento se traduz na ideologia neoliberal, a qual se introduz pela tecnologia assegurando a visibilidade da formação para o capital e a invisibilidade de uma formação humana com igualdade de direito.

O relatório da pesquisa realizada pela OCDE e Universidade de Harvard mostrou que o aprendizado propiciado pelo ensino remoto é uma pequena parcela do que o ofertado pelo ensino presencial. Porém, se posiciona a favor de mesclagem entre presencial e online – ensino híbrido. Evidenciam benefícios obtidos no ensino presencial os quais propiciam a relação próxima com professores e colegas, com acesso a refeições, apoio pedagógico, psicológico e saúde. Esclarecem que na modalidade presencial e/ou híbrido são beneficiadas as crianças em maior nível de vulnerabilidade e desigualdade social.

É recomendado pelo organismo que o potencial de inovação – a tecnologia – deve ter continuidade, ser alargado melhorando a oferta de educação em um novo período em que o Estado possa manter o equilíbrio entre seus gastos e sua arrecadação, uma vez que a pandemia traz restrições financeiras, resultantes dos custos econômicos de saúde pública.

(REIMERS; SCHLEICHER, 2020). Traduzem o apoio da tecnologia para desenvolvimento de docentes, como incentivo aos discentes na progressão da autonomia e independência no aprendizado. A defesa da OCDE para a continuidade do aprendizado online e/ou misto ou ainda “aprendizado independente”, é a utilização da tecnologia. Essa permite aquisição e com facilidades de competências, consideradas pelo organismo essenciais para suprir as necessidade do século XXI, além de tornar a educação mais relevante, seja em colaboração, comunicação, pesquisa independente e “habilidades cognitivas de ordem superior” (ênfase na leitura ou matemática).

Entendemos que a educação vem sendo o standard da sociedade capitalista, a insígnia desfraldada, na atual conjuntura, sendo assim nos questionamos: quais necessidades para o século XXI? O sujeito no ir e vir da escola para o trabalho girando a economia? Estamos diante do manancial elitizado que legitima seus interesses “como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão sociedade”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

As soluções emergenciais ditadas pelos organismos multilaterais são apenas “formais e não essenciais”, onde indivíduos são “devidamente educados e aceitos” na “subordinação hierárquica e implacavelmente imposta”. (MÉSZÁROS, 2008, p. 35). O impacto da lógica do capital, em suma, expressa-se nas rupturas do conhecimento na formação do trabalhador, que em consequência se apresenta com outra face enfrenta o seletivismo para o mercado de trabalho em consequência do desenvolvimento das competências socioemocionais e principalmente da personificação da educação.

Esse processo investigativo nos mostra como resultados preliminares, que a escolaridade interrompida é intensificada pelo incentivo e recomendações do organismo em relação às mudança na educação através do estudo remoto e mudanças na forma de aprendizagem com ambiente inovador. Repensar a educação pós-interrupção são pautas de discussões para encaminhamentos de políticas educacionais no Brasil. A educação básica, ensino superior e formação do trabalhador estão em constante integração e movimentação para que o capital estabeleça seu projeto de alavancar “exército de reserva” com iniciativas de controle e estabelecimento de quando e qual ambiente o conhecimento deve se estabelecer.

Logo, concluímos que o planejamento do capitalismo global através de recomendações e regulações dos organismos multilaterais, já é pré-existente. No entanto, presenciamos o desmantelamento da política pública, essa por sua vez é depredadora e trata o abandono à pobreza com invisibilidade. Ou seja, a pobreza está ali, mas não é vista. O indivíduo é culpado pela sua pobreza, a invisibilidade é dada no deslocamento das reais determinações para essa questão social. O indivíduo é responsabilizado pela perda de aprendizagem e assim justificar a diminuição de pessoas pela estrutura capitalista. Pois, as pessoas que não conseguem dar conta de si e depende do Estado (políticas sociais) estão fora do mercado de trabalho que é seletivo.

Para a classe que detém o capital é uma grande preocupação, pois o período de

interrupção da educação e mesmo pelo ensino remoto ou à distância acarreta na aquisição tardia do conhecimento para formação do trabalhador, havendo perdas na aprendizagem pela maior parte da população em idade escolar. Isso é fato e, na visão neoliberal reflete no processo produtivo, consequentemente na acumulação capitalista que busca abrangência das competências cognitivas e socioemocionais do indivíduo abarcado pela formação do e para o capital. Por outro lado, utilizam da premissa aquisição de conhecimento e qualificação profissional para justificar a redução de pessoas no mercado de trabalho. Concordamos com Saviani (2015) sobre a necessidade de conhecer precisa e profundamente, a maneira como se estrutura a sociedade brasileira onde a prática educativa é desenvolvida.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Interrompida. Pandemia COVID-19. Organismo Multilateral. Formação do Trabalhador. Políticas Educacionais.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

FRIEDMANN, M. **Capitalismo e Liberdade**. 1ª ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2014.

GRANEMANN, Sara. Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (morte) da classe trabalhadora brasileira. In: Revista **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 19, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/i/2021.v19/>. Acesso em: 14.10.2021.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HAYEK, F. A. V. **O caminho da servidão**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro: ensaios sobre globalização**. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MÉDICI, M. S.; TATTO, E. R.; LEÃO, M. F. Percepções de estudantes do ensino médio das redes pública e privada sobre atividades remotas ofertadas em tempos de pandemia do coronavírus. In: **Revista Thema**. v. 18 – Ed. Especial, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/thema/article/view/1837>. Acesso em: 20.10.2021.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

REIMERS, F. M.; SCHLEICHER, A. **Schooling disrupted , schooling rethought. How the Covid - 19 pandemicis changing education**. Preliminary version. OCDE, 2020. Disponível em: https://globaled.gse.harvard.edu/files/geii/files/education_continuity_v3.pdf. Acesso em: 04 jun. 2021.

REYES, R. C.; QUIRÓZ, J. S. De lo presencial a lo virtual, un modelo para el uso de la formación en línea en tiempos de Covid-19. In: **Educación em Revista**. Curitiba, v. 36, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/issue/view/2866/showToc>. Acesso: 26 out. 2021

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica, as lutas de classe e a educação escolar. In:

História do tempo e tempo da história: estudos de historiografia e história da educação. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.